



O DEBATE SOBRE O TRABALHO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ARQUITETO-URBANISTA BRASILEIRO

BRUNO CESAR EUPHRASIO DE MELLO

Departamento de Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Rua Sarmento Leite, 320. Porto Alegre - RS. Brasil. CEP 90050-170. Telefone: (51) 3308-3116
<https://orcid.org/0000-0003-1694-157X>
brunocesaremello@ufrgs.br

Recebido: 07/01/2021

Aceito: 12/02/2021

EUGENIA AUMOND KUHN

Departamento de Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Rua Sarmento Leite, 320. Porto Alegre - RS. Brasil. CEP 90050-170. Telefone: (51) 3308-3116
<https://orcid.org/0000-0002-0203-8382>
eugenia.kuhn@ufrgs.br

GEISA ZANINI RORATO

Departamento de Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Rua Sarmento Leite, 320. Porto Alegre - RS. Brasil. CEP 90050-170. Telefone: (51) 3308-3116
<https://orcid.org/0000-0001-5010-3591>
geisa.rorato@ufrgs.br

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados do levantamento exploratório da literatura sobre o trabalho e o exercício profissional do arquiteto e urbanista, bem como uma pequena amostra do debate mais recente sobre a questão realizado pela categoria no Brasil e no mundo. Percebe-se que o tema tem ganhado relevância nas discussões no âmbito da organização da classe; entretanto, a isso não corresponde uma maior da pesquisa científica ou do debate acadêmico, já que os textos existentes são dispersos e nem sempre tomam como centro de sua atenção o trabalho e o exercício de suas atribuições.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Exercício Profissional. Arquiteto e Urbanista. Nova Morfologia do Trabalho.

ABSTRACT

This article presents the results of an exploratory survey of the literature on labor and the architect and urban planner professional practice, as well a small sample of the most recent debate on the issue carried out by the category in Brazil and in the world. It is noticed that the theme has gained relevance in discussions within the scope of class organization; however, this does not correspond to greater attention from scientific research or academic debate, considering that the existing texts are scattered and do not always focus on work and the exercise of its duties.

KEYWORDS: Work. Professional Practice. Architect and Urban Planner. New Work Morphology.



INTRODUÇÃO

La arquitectura es una de las profesiones más admiradas. Tanto es así, que más de un chofer de taxi me ha confiado con orgullo que ostenta un diploma de arquitecto (BUNGE, 1998).

Em 13 de julho de 2017 foi sancionada a Lei Federal nº 13.467, a qual alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), “a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho” (BRASIL, 2017). No Brasil, a “reforma trabalhista” foi objeto de intensa polêmica e amplo debate. De um lado, seus defensores (o empresariado) argumentavam que ela “modernizaria” as relações laborais, adequando-as aos novos tempos do capitalismo da era do maquinário tecnológico-digital. De outro, seus críticos (os sindicatos) afirmavam que ela legitimaria toda a precarização a que trabalhadores estavam submetidos, retirando direitos, fragilizando os vínculos, enfim, reduzindo o sistema de proteção social.

O movimento de transformação das relações de trabalho é um tema debatido desde os anos 1980. A partir de então, os pesquisadores passaram a sustentar que o assalariamento – e a classe que vive do trabalho – desapareceria¹. Contrapondo-se a essa perspectiva, Antunes (2005, 2011, 2018) crê que o labor não se tornou virtualidade, tampouco está em vias de desaparecer, mas apenas sofreu mutações. Adotou uma nova morfologia. Sendo assim, o capital necessita cada vez menos de trabalho estável e protegido, requerendo-o cada vez mais parcial, terceirizado, subcontratado, desregulamentado, informal, enfim, precarizado. A nova reforma da CLT seria apenas a expressão mais atual desse fenômeno.

Arquitetos e urbanistas² participam desse mesmo processo. Conforme Mello (2015),

Não é incomum o Sindicato dos Arquitetos receber denúncias de empresas e escritórios

que burlam a legislação trabalhista. Há relatos de trabalho sem carteira assinada, inexistência de contrato, utilização ilegal do recibo de pagamento de autônomo, participação societária ínfima, pagamento de honorários abaixo do salário mínimo profissional, terceirização, pejotização, etc. (MELLO, 2015).

Para além dessas novas formas de relação entre capital-trabalho, há evidências (SHIMBO, 2010; ARANTES, 2012) de que, no presente, o *architéctus albertiano* – o intelectual da construção que, por seu saber projetual, deveria comandar os demais atores envolvidos na produção arquitetônica – raras vezes ocupa esse lugar de liderança no processo da construção civil. A edificação de prédios e cidades está submetida, hoje, a lógicas de poder e divisão social do trabalho, em que o *architéctus*, contrariando o que essa palavra supõe por sua etimologia (*arkhi*, o primeiro, o que está à frente; e *tektonikos*, da construção), muitas vezes desempenha, hoje, o lugar de desenhador subalterno.

A pesquisa de Shimbo (2010) dá um exemplo da condição de subalternidade a que arquitetos estão submetidos em grandes construtoras. A padronização dos produtos da construção civil (padronização essa que tem o intuito de reduzir a diversidade de soluções, materiais e detalhes técnicos empregados para maximizar o lucro) coloca-o no papel do terceirizado ou subcontratado, que deve adotar soluções que foram preconcebidas por outros. No caso relatado por Shimbo (2010), mesmo quando o arquiteto é funcionário da empresa, ele já está distante das etapas de concepção criativa.

Se, para Marx (2013 [1867], p. 255-256), o que distinguiria o pior arquiteto da melhor abelha era o fato de o primeiro ter o projeto em sua mente antes de construí-lo, agora o *conceptor* de edifícios e cidades já não antevê o final do processo. Ele já está dado por quem domina o capital e contrata a força de trabalho para tarefas preestabelecidas. Ocorre, assim, um distanciamento

¹ Antunes (2005, 2011) cita, por exemplo, André Gorz, Claus Offe, Habermas, Dominique Méda, Robert Kurz, e outros.

² Por uma questão de concisão textual, daqui em diante nos referiremos ao arquiteto e urbanista apenas como arquiteto.

entre o arquiteto e aquilo que, ao menos no imaginário coletivo, corresponderia a uma característica central de seu ofício: a dimensão criativa.

Arantes (2012) reconhece que, sem “participar das decisões tomadas *a priori* que conformam o projeto, a maioria dos profissionais desenha fragmentos do produto” (ARANTES, 2012, p. 130). Logo, apenas os “arquitetos-chefe” ou os “líderes do processo” dominariam a totalidade articulada das tarefas parcelares. Somente eles teriam a ideia completa da mercadoria desenvolvida.

Além disso, a “prancheta digital” automatizada ampliou a mobilidade dos projetos e, conseqüentemente, das equipes postas em ação para realizar desenhos técnicos. O trabalho virtual criou, inclusive, os “CAD monkeys” (ARANTES, 2012), jovens arquitetos que vendem sua força de trabalho como desenhistas terceirizados de parcelas dos produtos técnicos, dirigidos por escritórios distantes. A introdução dos softwares CAD aumentou, finalmente, também os ganhos do capital vinculado à construção civil. De acordo com Arantes (2012, p. 144): “Nos escritórios, o desenho auxiliado por computadores promove uma economia de tempo e um aumento de produtividade”.

Esse fenômeno da era digital que promete, inicialmente, a possibilidade de colaboração mútua, de interconexão e redução de distâncias, mas que acaba promovendo um trabalho desprotegido e mal remunerado, tem sido denominado “uberização”. E, como se percebe, a atividade do arquiteto também participa dessa nova organização de relações entre capital e trabalho.

Dada a conjuntura delineada anteriormente, algumas perguntas precisam ser respondidas: Para os arquitetos, as alterações na legislação “modernizaram” as relações empregador-empregado ou estão legitimando um movimento de precarização delas? Que atividades eles realmente exercem em seu cotidiano?

Partindo dessas questões, parece-nos necessário compreender em maior profundidade o campo de trabalho e o exercício das atribuições do arquiteto brasileiro. Sendo assim, este artigo apresenta o debate sobre o

tema a partir de dois espaços: o primeiro, acadêmico-científico, por meio de um levantamento exploratório da literatura acerca da atuação profissional do arquiteto no Brasil (busca em dissertações, teses, livros e artigos, além de pesquisa nas plataformas Scielo e Scopus e nos anais do V e VI Encontros da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo [ENANPARQ]); o segundo, das entidades de classe e da organização da categoria, apresentando uma pequena amostra das iniciativas nacionais e estrangeiras de denúncia da precariedade de relações laborais e reivindicação de direitos e melhores condições de trabalho.

O TRABALHO E SUA NOVA MORFOLOGIA

Desde a antiguidade, o trabalho vem sendo evocado, positiva ou negativamente, como tema relevante da vida social. Em Hesíodo (2013 [700 a.C.], p. 51) “trabalho não é insulto algum, inação, um insulto”. Em Ovídio (2017 [8 d.C.]), a idade de ouro do mundo era aquela em que a terra “não tocada pela enxada nem rasgada pela relha, produzia tudo de modo espontâneo”. O paraíso terrestre fora representado por ele como um lugar onde o homem dele prescindiria.

Já na era industrial, Marx (2013 [1867], p. 120) asseverava que, “como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza”. Ele seria, portanto, condição necessária à vida humana. Contudo, sob a lógica do capital, o trabalhador não o reconhece como exteriorização de si. A relação entre ele e sua produção é, desse modo, de estranhamento. Por isso, “sua estranheza evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste” (MARX, 2010 [1932], p. 83). O trabalho sempre oscilou: “como expressão de vida e degradação, criação e infelicidade, atividade vital e escravidão, felicidade social e servidão” (ANTUNES, 2005, p. 11).

A propósito do trabalho no sistema capitalista, sua organização pautou-se, ao longo do século XX, basicamente por três sistemas: taylorista, fordista e toyotista. O sistema taylorista, como é sabido, foi proposto por Frederick Winslow Taylor na virada do século XIX para o XX. Tinha como pressuposto o reconhecimento de que “a capacidade produtiva de um trabalhador de experiência média era sempre maior que a sua produção ‘real’ na empresa” (PINTO, 2010, p. 25). A solução encontrada por Taylor para reduzir esse hiato entre capacidade produtiva e produção efetiva foi estabelecer uma padronização das “melhores maneiras” (*the one best way*) de executar cada atividade de trabalho” (PINTO, 2010, p. 31), as quais seriam repassadas aos funcionários como normas. Essa administração “científica” da produção orientava-se pelos seguintes elementos práticos: a) estudo do tempo; b) chefia numerosa e funcional; c) padronização dos instrumentos para cada tipo de serviço; d) necessidade de uma seção de planejamento; e) fichas de instrução aos operários, dentre outros aspectos. A diferença entre o sistema taylorista e os que o precederam é o fato de que “toda essa complexa análise e planejamento que envolve [o trabalho] ficam, após sua implementação, a cargo da administração da empresa, e somente dela” (PINTO, 2010, p. 31).

Já o sistema fordista, proposto por Henry Ford, baseava-se, sobretudo, na padronização de produtos que, fabricados em escala imensa (para consumidores em massa), teriam seus custos de produção reduzidos. A novidade introduzida por Ford, entretanto, não estava apenas em imaginar a possibilidade de inculcar em seus contemporâneos a predisposição para o consumo de massa. Sua inovação se deu na linha de produção em série: “a colocação do objeto de trabalho num mecanismo automático que percorresse todas as fases produtivas, sucessivamente, desde a primeira transformação da matéria-prima bruta até o estágio final” (PINTO, 2010, p. 35). Ao longo dessa linha, as atividades necessárias à produção foram distribuídas entre operários fixos em seus postos, cada qual responsável por tarefas da mais extrema simplicidade, elevando a especialização da atividade. No sistema fordista, “é a velocidade automática da linha de série (...) que impõe ao trabalhador (...) a sua condição de disposição para o

labor, estabelecendo, dentro de limites cada vez mais estreitos de tempo, a ‘melhor maneira’ de trabalhar” (PINTO, 2010, p. 38).

O sistema taylorista/fordista expandiu-se ao longo das duas guerras mundiais pelas economias capitalistas centrais e periféricas. Ele foi hegemônico até a década de 1970, momento em que teve início a difusão do sistema toyotista de organização do trabalho. Esse modelo, desenvolvido na *Toyota Motor Company*, no Japão, desde os anos 1950, realizou uma profunda reorganização produtiva. Esse sistema de produção tinha como fundamento “uma metodologia de produção e de entrega mais rápidas que os demais, associada justamente à manutenção de uma empresa ‘enxuta’ e ‘flexível’” (PINTO, 2010, p. 46). Esse sistema – *just-in-time* – pautava-se na desverticalização, automação, subcontratação, exigência de força de trabalho polivalente, controle de encomendas, gestão de estoque, possibilidade de produção de produtos diferenciados, entre outros aspectos.

Segundo Antunes (2005, 2009, 2011), um dos resultados dessa reestruturação produtiva ocorrida no início dos anos 1970 foi a constituição de uma nova morfologia – ou nova polissemia – do trabalho. Buscava-se, no período, recuperar o padrão de acumulação perdido com os ciclos de greves e lutas sociais mundiais do final da década de 1960. Esse fenômeno chegou ao Brasil a partir da década de 1990, com os governos neoliberais de Fernando Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso.

Antunes, como já referido, ao reconhecer essas alterações na administração da mão de obra ocorridas no século XX, contrapõe-se à hipótese do “fim do trabalho”. Ele sustenta a tese da renovação da sociedade salarial que, acompanhando o processo de reestruturação produtiva toyotista, tende à desregulamentação e flexibilização da gestão do trabalho. Assim, o capital necessitaria cada vez menos do trabalho estável, requerendo-o parcial, desprotegido, precário, exigências particulares da era digital e da empresa enxuta. Ao apresentar os aspectos mais gerais dessa nova morfologia, Antunes (2005) mostra que, além de assalariados urbanos e rurais, a

sociedade capitalista moderna demanda o trabalho de amplo contingente de terceirizados, subcontratados, *part-time*, temporários, entre outras formas existentes de flexibilização da relação capital-trabalho.

Para esse autor, no século XXI, a flexibilização deve ser entendida como ‘liberdade da empresa’ para desempregar sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; liberdade, sempre para a empresa, de manipular a jornada segundo suas conveniências, mudando os horários e as características do trabalho (por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível, horas extras excessivas etc.); possibilidade de pagar salários reais mais baixos do que aqueles exigidos pela paridade, dentre tantas outras formas de redução de direitos e da proteção social do operariado (ANTUNES, 2009).

Outra expressão atual da precarização laboral é o fenômeno da “uberização” (SLEE, 2017) ou do “cooperativismo de plataforma” (SCHOLZ, 2016). As novas tecnologias digitais – aplicativos e plataformas web de compartilhamento – têm criado a oportunidade de expansão do mercado de colaboração e compartilhamento. Aplicativos como Uber (plataforma que pretende substituir os táxis) e Airbnb (plataforma que pretende substituir os hotéis) surgiram com a promessa de constituir-se em um espaço virtual de equidade, cooperação e sustentabilidade. No entanto, a economia do compartilhamento é, de acordo com SLEE (2017), um movimento pela desregulamentação das relações de trabalho e de maior concentração de renda.

Esses aplicativos transferem os custos e as responsabilidades pela operação do negócio aos seus usuários, desobrigando-se das exigências legais locais, tais como arrecadação de impostos, taxas de funcionamento, formalização da atividade econômica junto aos órgãos reguladores. A “uberização” não significa, enfim, a construção de um mundo de colaboração, mas de intensificação da desregulação e da precarização das relações.

Este é o debate a que este artigo toma como pano de fundo – o da reestruturação produtiva, da nova morfologia do trabalho, da incorporação das plataformas digitais como mediadoras das relações laborais.

O DEBATE ACADÊMICO

A pesquisa buscou reconhecer, a partir do quadro delineado anteriormente, como o trabalho do arquiteto foi tomado como questão no espaço científico-acadêmico. Apresentamos aqui o resultado de duas procuras: i) por teses, dissertações, livros e artigos, intentando constituir uma primeira aproximação ao estado da arte sobre o tema; ii) nas plataformas Scielo e Scopus e nos anais do V e VI Encontros da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (ENANPARQ), ocorridos nos anos 2016 e 2018.

Descrevemos a seguir o resultado da primeira procura, reconhecendo que ela não compreende a totalidade do universo pesquisado. O período temporal da busca foi dilatado, reunindo textos que abrangem o período entre 1984 e 2020. Passemos a eles.

O livro de Bicca (1984) *O arquiteto, a máscara e a face* analisa a produção da Arquitetura a partir da divisão entre atividade intelectual e manual, tomando como centro de seu interesse o papel do arquiteto (personificação do trabalho intelectual) em sua relação com o operário da construção civil (personificação do trabalho manual). Seu estudo se apoia na obra marxiana e em categorias como alienação, divisão social do trabalho, fetichismo, entre outras. Entretanto, não concentra sua atenção no arquiteto na condição de assalariado, tampouco discute fenômenos que não estavam em pauta na década de 1980, como a precarização das relações de trabalho vinculadas às plataformas digitais ou sua nova morfologia.

Já a tese de Silva (1997), *Profissão, conhecimento & ideologia na Arquitetura*, avalia a origem e o desenvolvimento do imaginário do arquiteto a partir de três categorias de análise, entre elas a profissão. O autor toma como fontes textos históricos, teóricos e/ou doutrinários do campo da Arquitetura. Revela, a partir dessa documentação, como os arquitetos se veem e se representam. Descortina, ainda, em que medida esse imaginário “autoconstruído” se reflete em sua práxis. A tese de Silva trata desse imaginário da profis-

são sobre si própria, e não de seu trabalho – vínculo, carga horária, salário, exposição a doenças laborais etc. Tampouco dá atenção ao papel desempenhado por esses profissionais, por exemplo, na indústria da construção civil.

Segnini (2002), por sua vez, na tese *A prática profissional do arquiteto em discussão*, reflete acerca da prática a partir da relação entre o produto de seu fazer – o projeto, mediação entre arte e técnica – e o mercado de trabalho. A pesquisa defende que a tensão existente entre arte, técnica e mercado, com origem no Renascimento, se agudiza no presente, momento da difusão da informática e da globalização. Suas fontes são depoimentos e entrevistas colhidas de 206 arquitetos selecionados entre os anos de 1985 e 2000 em exemplares da Revista AU. A partir dessas experiências e do imaginário por elas revelado, o autor mostra como e por que eles fazem Arquitetura. Contudo, não aborda as disputas capital-trabalho que ocorrem no espaço produtivo.

A tese de Shimbo (2010), *Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro*, também se refere ao trabalho de arquitetos. Porém, como a discussão central de sua pesquisa é a confluência entre Estado, mercado imobiliário e capital financeiro na produção de habitação social, ela o faz de maneira breve. O arquiteto, como já referido, desempenha o papel de trabalhador contratado ou subcontratado por escritório terceirizado, muitas vezes de forma precarizada. Mesmo quando é funcionário da empresa, já está distante das etapas de concepção criativa. A padronização dos produtos (leiautes das edificações, detalhes técnicos construtivos etc.), previamente estabelecida pela empresa, acaba por limitar a busca de soluções alternativas. Ele, assim, só repete um “gestual” produtivo predefinido pelo comprador da força de trabalho.

O artigo de Whittaker (2011), *Perspectivas e desafios para o jovem arquiteto no Brasil. Qual o papel da profissão?*, aborda o problema do estreitamento do campo profissional. Para ele, as revistas especializadas e a universidade apresentam uma ideia limitada do que é

ser bem-sucedido na carreira. Nelas, há certo “endeusamento da Arquitetura autoral de talento genial”, o que reduziria as perspectivas laborais dos estudantes e apresentaria como alternativa única de sucesso competir em um mundo de estrelas da Arquitetura. Tal atitude, consciente ou inconscientemente, diminuiria as possibilidades de exploração da totalidade de suas atribuições. Diante desse quadro, seria necessário atentar-se também à face “menos vistosa, menos evidente e menos festejada” da Arquitetura, “mas cuja importância é fundamental para tirar a profissão do complexo impasse em que se encontra”. O autor não faz uma crítica à produção autoral de “alto padrão”. Questiona, isto sim, a ideia de sucesso vinculado unicamente a ela. Whittaker apresenta um caminho instigante para explicar o atual quadro do mercado em Arquitetura. Todavia, limita sua investigação a edições de revistas especializadas e a pressuposições sobre o ensino.

O livro de Arantes (2012), *Arquitetura na era digital-financeira: desenho, canteiro e renda da forma*, já referido, tangencia o tema trabalho em alguns momentos. Arantes faz referência às gigantescas equipes de escritórios que são marcas internacionais – o exemplo referido é o do escritório do inglês Norman Foster, que chegou a empregar 1.300 arquitetos na elaboração de cerca de 200 projetos simultâneos. Ao mesmo tempo, a atividade desempenhada por boa parte dos jovens arquitetos nessas grandes empresas é o de desenhistas de CAD de uma parcela do projeto. Isso distancia-os da plena compreensão do produto final, algo disponível apenas aos líderes sêniores.

O artigo de Mello (2015), *Emprego em Arquitetura e Urbanismo e nova morfologia do trabalho: Notas a partir da experiência do Rio Grande do Sul*, coloca o tema trabalho como centro do debate. Ele aborda, inicialmente, a incompatibilidade de dois fenômenos simultâneos e aparentemente contraditórios: de um lado, o crescimento econômico da indústria da construção civil a partir de 2009 e, de outro, o desemprego e a informalidade nas relações de trabalho de arquitetos. O artigo reflete acerca do trabalho desses profissionais a partir da noção de “nova morfologia do trabalho”, de An-

tunes, e de “trabalho decente”, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Sugere, ao fim, a necessidade de os arquitetos se reconhecerem como proletários.

A dissertação de Santiago (2019), *Inventando a contra-mola que resiste: reflexões sobre o trabalho do arquiteto em tempos de precarização*, constrói o entendimento da situação do arquiteto assalariado, tendo como fonte textos publicados por entidades representativas da categoria, notícias na mídia e, principalmente, aplicação de questionários. Apesar do pequeno recorte da pesquisa, a autora reconhece que os dados apenas delineados são expressão de um fenômeno que repercute na atuação de um número maior de arquitetos. O texto coloca no cerne da discussão a precarização e as novas modalidades da relação capital-trabalho.

O artigo de Wilderom e Arantes (2020), *Arquitetura da distância: o que a pandemia pode revelar sobre o ensino de Arquitetura e Urbanismo*, propõe uma reflexão sobre o ensino superior a partir das novas formas de relação impostas pelo isolamento social, resultado da pandemia da Covid-19. Entretanto, se refere também às relações de trabalho dos arquitetos na condição de professores universitários. Segundo o texto, a pandemia só agudizou um processo cujas características vinham se delineando há algum tempo: o crescimento vertiginoso dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo; a redução proporcional do número de cursos públicos em comparação com os privados; o decréscimo nos contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) a partir da crise econômi-

ca aprofundada em 2014; o crescimento dos cursos totalmente remotos ou a distância, a expansão dos negócios de educação a distância. De acordo com Wilderom e Arantes, os professores, na era do EAD, “tornam-se também ‘infoproletários’ (...), mas sem a proteção trabalhista que um dia caracterizou o proletariado industrial” (WILDEROM, ARANTES, 2020, n.p.). E complementam que, no processo de “Eadização Docente” ou de “Uberização do trabalho”, o docente “metamorfoseado em App educacional tem que fazer uso da sua casa e equipamentos, atendendo online e sendo monitorado em tempo real – conteúdo, atendimentos, produtividade – como um entregador de informações” (WILDEROM, ARANTES, 2020, n.p.). Esse é um texto que aborda o trabalhador arquiteto em uma atividade específica, a de professor.

Para complementar esse levantamento inicial, realizamos, como já referido, busca nas plataformas Scielo e Scopus e nos anais do V e VI ENANPARQ. Vejamos, a seguir, os critérios e resultados dessa investigação.

Para a procura nas bases de dados Scielo e Scopus, foi adotado o seguinte protocolo: formulação da questão de pesquisa (Que debate tem sido realizado sobre o trabalho e exercício profissional de arquitetos brasileiros?), definição de termos e da estratégia de busca, seleção dos estudos a partir de critérios de inclusão e exclusão dos artigos, apresentação de resultados (SAMPAIO, MACINI, 2007). O Quadro 1 representa as bases, os termos, os campos, os resultados e as datas da consulta.

Base	Termos	Campos	Resultados	Data
Scielo	Trabalh* AND Arquetet* AND Brasil*	Todos os índices	213	11 dez. 2020
	Profiss* AND Arquetet* AND Brasil*	Todos os índices	45	11 dez. 2020
	Exercício AND Profiss* AND Arquetet* AND Brasil*	Todos os índices	2	11 dez. 2020
Scopus	Trabalh* AND Arquetet* AND Brasil*	Article title, Abstract, Keywords	4	11 dez. 2020
	Profiss* AND Arquetet* AND Brasil*	Article title, Abstract, Keywords	0	11 dez. 2020
	Exercício AND Profiss* AND Arquetet* AND Brasil*	Article title, Abstract, Keywords	0	11 dez. 2020

Quadro 1: Termos de busca utilizados nas bases de dados Scielo e Scopus. Fonte: autores.

Os termos definidos para a busca foram trabalh* (trabalho, trabalhador, trabalhadora), exercício profiss* (profissão, profissional), arquitet* (arquiteto, arquiteta, arquitetura), Brasil* (Brasil, brasileiro, brasileira). A estratégia englobou, na base de dados Scielo, todos os índices e, na Scopus, o título do artigo, resumo e palavras-chave, sempre sem restrição temporal. A pesquisa foi realizada em 11 de dezembro de 2020. O total de artigos encontrados foi o seguinte: plataforma Scielo – 260 artigos; plataforma Scopus – 4 artigos.

A partir dessa pré-seleção, foram lidos os resumos dos 264 artigos levantados. O critério de inclusão ou exclusão de artigos ao *corpus* documental foi a aproximação ao tema. Desse total, apenas três tratam-no em alguma medida. Eles refletem sobre o exercício profissional relacionando-o à assessoria técnica de habitação de interesse social (ATHIS). Em *Grupos Sócio-Espaciais ou a quem serve a assessoria técnica*, Kapp (2018) discute práticas de ATHIS em Arquitetura e Urbanismo e Planejamento a partir do conceito de grupo socioespacial. Em *Nós, os arquitetos dos sem-teto*, Lopes (2018) avalia a atuação em contextos de interlocução entre arquitetos e movimentos sociais, próprios da ATHIS, e sugere, finalmente, que a profissão deve ser reinventada, assumindo novos conteúdos e modificando o modo como opera. O texto *Da crítica do canteiro à autogestão: Sérgio Ferro, Usina e os mutirões autogeridos em São Paulo, Brasil*, de Amaral (2020), investiga a metodologia de trabalho da Usina (escritório com ampla experiência de assessoria técnica em Arquitetura a movimentos sociais), seus processos de desenho e decisão. Toma por base de análise os conceitos de trabalhador coletivo e crítica do canteiro, de Sérgio Ferro. Nenhum deles se refere à nova morfologia do trabalho ou ao exercício das atribuições no contexto de mudança da legislação trabalhista, distanciando-se, assim, do tema que nos interessa.

Nos anais do V e VI ENANPARQ, os termos e a estratégia de busca foram semelhantes, sendo eles: trabalh*, exercício profiss*, arquitet*, Brasil* nos títulos, resumos e palavras-chave dos artigos. A partir dessa seleção inicial, foi feita uma leitura dos resumos

para verificar a relação com o tema que nos interessa. A pesquisa nos anais do IV ENANPARQ, 2016, não encontrou nenhum resultado. No V ENANPARQ, 2018, por sua vez, foram encontrados apenas dois artigos apresentados nas mesas/sessões temáticas.

O artigo de Caser (2018), *Discriminação de gênero em arquitetura: o campo profissional pela perspectiva da mulher arquiteta*, aborda a discriminação de gênero enfrentada pelas mulheres arquitetas em seu cotidiano laboral. Toma como lócus do estudo o estado do Espírito Santo e, por meio de entrevistas, caracteriza situações de discriminação mais recorrentes – honorários, invisibilidade, cultura machista, estereótipos ou marginalização. Esse estudo tem como centro de sua atenção, obviamente, a questão da mulher em seu local de trabalho. Entretanto, não a extrapola.

O artigo de Silva, Monte e Leite (2018), *Formação e atuação profissional: panorama geral da arquitetura e do design no nordeste brasileiro*, objetiva traçar uma perspectiva da formação e da atuação em Arquitetura, bem como em Design de Produto, no nordeste brasileiro. Investiga o que há de comum nesses cursos, como o perfil dos egressos e sua atuação no mercado de trabalho. O artigo tomou como fontes de dados escolas, conselhos e registros de empresas. É um texto que não se preocupa com o exercício das atribuições ou com as novas modalidades de relação capital-trabalho. Por essa razão, a pesquisa se distancia do problema por nós proposto.

Percebe-se que, mesmo ampliando a busca, a literatura sobre o trabalho do arquiteto no Brasil é escassa e que o tema carece de um olhar mais dedicado. Os textos existentes nem sempre tomam como centro de sua atenção o trabalho e o exercício das atribuições profissionais. Além disso, fenômenos contemporâneos – a introdução da “prancheta digital”, dos novos meios de comunicação e seu impacto no “canteiro do desenho” (ARANTES, 2012), a “uberização” (SLEE, 2017), o “cooperativismo de plataforma”, a nova morfologia do trabalho (ANTUNES, 2005, 2011, 2018) – têm sido pouco investigados.

DEBATE PROFISSIONAL

Para além da revisão da literatura, é necessário, ainda, apresentar o debate realizado pelas entidades representativas da categoria sobre a questão, não apenas no Brasil, mas também iniciativas estrangeiras de organização para denúncia da precariedade de relações laborais e reivindicação de direitos e melhores condições de trabalho. Referiremos poucos exemplos, mas que nos parecem suficientes para apontar como esse é um tema emergente.

No Brasil, o Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul (SAERGS) promoveu, nos meses de outubro e novembro de 2020, o “Fórum SAERGS no mundo do trabalho”, uma série de *lives* que discutiram questões como “Precarização do trabalho para arquitetas e arquitetos”³, “Novas morfologias do trabalho na Arquitetura e urbanismo”⁴, “A miséria do ensino de AU na era da precarização”⁵. A Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas (FNA), por sua vez, a partir de maio de 2020, também promoveu conferências virtuais sobre temas como “Cadê os direitos que estavam aqui? Dilemas do trabalho no Brasil”⁶; “Salário Mínimo Profissional: direito e dever de todos os arquitetos e urbanistas”⁷, “Assédio moral nas relações de trabalho: questões de saúde e jurídicas”⁸. Ou seja, as entidades de classe – notadamente as entidades sindicais – têm discutido os desafios contemporâneos relativos às transformações das relações empregador-empregado.

Além da preocupação em âmbito nacional, em outros países os arquitetos também têm denunciado os

precários vínculos de trabalho e reivindicado melhores condições e direitos. Citaremos apenas dois exemplos: Portugal e os países que compõem o Reino Unido.

Em Portugal, o Movimento dos Trabalhadores em Arquitectura (MTA)⁹ iniciou suas atividades em fevereiro de 2019. Ele assume-se como mobilizador de todos os trabalhadores do setor: “arquitectos inscritos na sua Ordem profissional, estagiários no decurso da sua formação, desenhadores, maquetistas e demais técnicos especialistas da área” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES EM ARQUITECTURA, 2019, p. 5). Após diversos encontros, foi aprovado, em 09 de novembro do mesmo ano, seu manifesto. Segundo ele, a noção “de que o trabalho em arquitectura é predominantemente desenvolvido pelo profissional liberal, trabalhador por conta própria que realiza os seus projectos está, hoje, desenquadrada da realidade” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES EM ARQUITECTURA, 2019, p. 2). A pretensão do movimento é:

“[...] acabar com todas as formas de trabalho precário, irregular ou ilegal, reclamando que a trabalho igual correspondam iguais direitos, a cada posto de trabalho corresponda um contrato efectivo e condições dignas que valorizem o indispensável contributo de todos os trabalhadores em arquitectura” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES EM ARQUITECTURA, 2019, p. 4).

No Reino Unido, jovens arquitetos formalizaram, em 2019, seu sindicato como uma seção (*Section of Architectural Workers – SAW*) da *United Voices of the World*

³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TQrOt8fYLpc>.

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qpA9T'sITTe8>.

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8qfZn50Aqsg&t=16s>.

⁶ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Ak_wOxJ_j84.

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nS-PEmRGKTI>.

⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XwITEITqpxA>.

⁹ É possível acessar informações sobre o MTA pelo site <http://www.movimento-mta.pt/>.

(UVW)¹⁰, essa última, uma entidade sindical semelhante às centrais sindicais brasileiras. A SAW pretende representar uma gama variada de trabalhadores em Arquitetura: assistentes, maquetistas, técnicos de BIM¹¹, funcionários administrativos, arquitetos, paisagistas, estudantes, pesquisadores, recepcionistas, designers de interiores, *freelancers*, faxineiros, empresários individuais, dentre outros. O sindicato se organiza em filiais nos locais de trabalho e reivindica a observância de direitos já estabelecidos, como aqueles que regem a jornada, o pagamento das horas extras, o pagamento de salário mínimo, dentre outros. Luta, enfim, contra o excesso de trabalho, salários insuficientes, empregos instáveis, assédio sexual e moral, além do acolhimento de imigrantes, da população LGBT etc.

Esses poucos exemplos sugerem como aquilo que Antunes (2005, 2011, 2018) chama de nova morfologia do trabalho tem sido posto em pauta nos debates da categoria e tem movimentado arquitetos pelo mundo a se contraporem organizadamente a essa realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como referimos no início deste artigo, um conjunto de fenômenos tem transformado as relações laborais. Seus impactos também têm sido sentidos no campo da Arquitetura e Urbanismo. Foi possível verificar que a literatura sobre o tema “o trabalho do arquiteto no Brasil” é ainda pouco recorrente. Os textos existentes são dispersos e nem sempre tomam como centro de sua atenção o trabalho e o exercício das atribuições profissionais. Além disso, fenômenos contemporâneos – a introdução da “prancheta digital”, dos novos meios de comunicação e seu impacto no “canteiro do desenho”, a “uberização”, o “cooperativismo de plataforma”, a nova morfologia do tra-

balho – aparecem muito pouco no debate acadêmico. Existe ainda bastante espaço para pesquisas que problematizem a questão em dimensões diversas, como condições e relações de trabalho, atividades desempenhadas, posição ocupada na cadeia produtiva, dentre outras. Percebe-se ainda, por outro lado, que o tema tem ganhado relevância nas discussões da categoria no Brasil e no mundo. Os resultados do levantamento exploratório da literatura sobre a atuação do arquiteto, bem como a pequena amostra da mais recente discussão da categoria acerca do tema no Brasil e no mundo revelam certa assimetria entre a preocupação do ambiente acadêmico e das entidades representativas sobre o mesmo objeto. Afinal, como reduzir essa distância entre o debate acadêmico e a preocupação das entidades de classe?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. *Trabalho e Subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.

AMARAL, B. *Da crítica do canteiro à autogestão: Sérgio Ferro, Usina e os mutirões autogeridos em São Paulo, Brasil*. Finisterra, LV(114), 2020, pp. 141-155.

ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES R. *Adens ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES R. O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural. *Revista Theomai: Estudos críticos sobre sociedad y desarrollo*, n. 19, primeiro semestre de 2009, p. 50-51 <http://revista-theomai.unq.edu.ar/NUMERO19/ArtAntunes.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2021.

ANTUNES R. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

¹⁰ É possível acessar informações sobre o UUV – Section of Architectural Workers no site <https://www.uvuwunion.org.uk/en/sectors/architectural-workers/>.

¹¹ O Building Information Modeling (BIM) é uma plataforma digital que permite agregar informações e parâmetros à modelagem de um edifício.

- ARANTES, P.F. *Arquitetura na era digital-financeira*: desenho, canteiro e renda da forma. São Paulo: Editora 34, 2012.
- BICCA, P. *Arquiteto a máscara e a face*. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1984.
- BUNGE, M. Una disciplina poliédrica. *La Nacion*. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/107696-una-disciplina-poliédrica>. Acesso em: 05 jan. 2021.
- CASER, K.C. *Discriminação de gênero em arquitetura*: o campo profissional pela perspectiva da mulher arquiteta. Salvador: Anais do V ENANPARQ, 2016, p. 642-665.
- HESÍODO. *O trabalho e os dias*. São Paulo: Hedra, 2013.
- KAPP, S. Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v.20, n.2, p. 221-236, mai.-ago. 2018. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2018v20n2p221>
- LOPES, J.M.A. Nós, os arquitetos dos sem-teto. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v.20, n.2, p. 237-253, Mai.-ago. 2018. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2018v20n2p237>
- MELLO, B.C.E. Emprego em arquitetura e urbanismo e nova morfologia do trabalho. Notas a partir da experiência do Rio Grande do Sul. *Arquitextos*, São Paulo, ano 15, n. 178.02, Vitruvius, mar. 2015. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.178/5493>. Acesso em: 05 jan. 2021.
- MARX, K. *O Capital*: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES EM ARQUITECTURA. *Manifesto do Movimento dos Trabalhadores em Arquitectura*, 09 nov. 2019. Disponível em: http://www.movimento-mta.pt/documentos/20191109-Manifesto_MTA.pdf. Acesso em: 05 jan. 2021.
- OVÍDIO. *Metamorfoses*. São Paulo: Editora 34, 2017.
- PINTO, G.A. *A organização do trabalho no século XX*: taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SAMPAIO, R.F.; MANCINI, M.C.; Estudos de Revisão Sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, São Carlos, v.11, n.1, p. 83-89, jan./fev.2007.
- SANTIAGO, A.D.C. *Inventando a contra-mola* que resiste: reflexões sobre o trabalho do arquiteto em tempos de precarização. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, Escola de Arquitetura e Urbanismo: Niterói, 2019.
- SCHOLZ, T. *Cooperativismo de plataforma*: contestando a economia do compartilhamento corporativa. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Elefante; Autonomia Literária, 2016.
- SEGNINI, F. *A prática profissional do arquiteto em discussão*. Tese (doutorado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP: São Paulo, 2002.
- SHIMBO, L.Z. *Habitação social, habitação de mercado*: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo: São Carlos, 2010.
- SILVA, E. *Profissão, conhecimento & ideologia na Arquitetura*. Tese (doutorado) Programa de Pós-graduação em sociologia. Porto Alegre: UFRGS, 1997.
- SILVA, H.A.; MONTE, A.C.; LEITE, I.F.B. *Formação e atuação profissional*: panorama geral da arquitetura e do design no nordeste brasileiro. Salvador: Anais do V ENANPARQ, 2016, p.794-808.
- SLEE, T. *Uberização*: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Elefante, 2017.
- WHITAKER, J.S. Perspectivas e desafios para o jovem arquiteto no Brasil. Qual o papel da profissão? *Arquitextos*, São Paulo, ano 12, n. 133.07, Vitruvius, jul. 2011. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3950>. Acesso em: 05 jan. 2021.
- WILDEROM, M.; ARANTES, P.F. Arquiteturas da distância: o que a pandemia pode revelar sobre o ensino de Arquitetura e Urbanismo. *ArchDaily Brasil*. 02 ago. 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/944738/arquiteturas-da-distancia-o-que-a-pandemia->

-pode-revelar-sobre-o-ensino-de-arquitetura-e-urbanis-
mo. Acesso em: 05 jan. 2021.

ZARDO, P.; MUSSI, A.Q. SILVA, J.L. Tecnologias digi-
tais no processo de projeto contemporâneo: potencialida-
des e desafios à profissão e à academia. *Ambiente Construído*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 425-440, abr./jun. 2020.

AGRADECIMENTO: Ao Conselho Nacional de De-
senvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo
financiamento da pesquisa que dá origem a este artigo.

NOTA DO AUTOR

A pesquisa contou com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo 436471/2018-3 / Chamada MCTIC/CNPq N° 28/2018.